



VÍDEO JURISTUBE · DIÁLOGOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

# O Problema da Incoerência no Direito Público Brasileiro

**Autores:** Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas

**Publicado em:** 23 de setembro de 2025

**Duração:** 9 min

**Link JurisTube:** <https://juristube.com.br/dialogos-direito-administrativo/o-problema-da-incoerencia-no-direito-publico-brasileiro>

**Link YouTube:**

<https://www.youtube.com/watch?v=VrV23tpsmRU>

**Identificador citável:** [juristube.com.br/video/o-problema-da-incoerencia-no-direito-publico-brasileiro#ep-8e0168c1](https://juristube.com.br/video/o-problema-da-incoerencia-no-direito-publico-brasileiro#ep-8e0168c1)

## Descrição

EP099-- Episódio gerado por IA a partir do artigo do professor Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, "O Problema da Incoerência no Direito Público Brasileiro"

### ■ LINK DIRETO DO EPISÓDIO:

- ■ Youtube: <https://youtu.be/VrV23tpsmRU>

-

■ Spotify:

<https://open.spotify.com/episode/7sIYY7UEjVAnUrLMgDB8PW?si=xOfBW1MTKua5CBOXx0Rzw>  
Confira todos os podcasts em: <https://juristube.com.br>

### ■ LINK PARA O TEXTO COMENTADO NO EPISÓDIO:

<https://www.academia.edu/143735277>

### ■ LINKS GERAIS DO PROJETO:

- ■ Canal DDA no YouTube: <https://abre.ai/youtube-dda>
- Canal DDA no Spotify: <https://abre.ai/spotify-dialogos>
- ■ Lista dos links no Linktree: <https://linktr.ee/direitoadministrativo>

■ O DDA (Diálogos de Direito Administrativo) é um projeto inovador que une tecnologia e conhecimento acadêmico, transformando artigos, planos de aula e livros em conversas acessíveis através da inteligência artificial. Com curadoria humana e produção cuidadosa, em áudio e vídeo, imagens e criação de avatares sincronizados, o projeto visa construir uma ponte entre o conhecimento acadêmico especializado e um amplo público.

■ ■ **\*\*O que é o DDA\*\*:** Primeiro podcast de direito e gestão pública produzido por IA com curadoria humana e apresentação por avatares falantes sincronizados.

### ■ **\*\*Como funciona\*\*:**

- Transforma artigos, planos de aula e livros acadêmicos em diálogos coloquiais usando IA
- Mantém a responsabilidade do conteúdo original com os autores humanos
- A IA gera autonomamente roteiros e diálogos novos
- Curadoria humana seleciona o material fonte, edita os vídeos, prepara a sincronização dos avatares e organiza a divulgação e a eventual tradução dos episódios.

### ■ **\*\*Objetivos\*\*:**

- Ampliar o alcance da produção jurídica e administrativa selecionada
- Tornar o conteúdo mais acessível para estudantes e profissionais
- Inspirar ouvintes a se tornarem leitores dos artigos originais

■ **\*\*Importante saber\*\*:**

- Conteúdo é educacional e introdutório
- Não substitui a leitura do material original
- Disponível no YouTube e Spotify
- Cada episódio fornece link para o texto fonte

■ **\*\*Equipe\*\*:**

- Curadoria: Prof. Paulo Modesto (UFBA)
- Assessoria Técnica: Camila Modesto
- Assessoria Estratégica: Rafaela Modesto

■ **\*\*Como apoiar\*\*:** Compartilhe, comente e curta o projeto nas redes sociais. Registre-se no canal para receber informação dos novos episódios e contribuir para ampliar o alcance do canal. Com o aumento do número de seguidores, a distribuição dos episódios é ampliada nas plataformas.

■■■■■ **Tema e resumo do texto-fonte:**

O texto aborda a incoerência no direito público brasileiro, destacando como essa falha na aplicação das normas legais impacta negativamente a administração estatal e a vida dos cidadãos. O autor argumenta que a ausência de coesão entre as leis, decisões e práticas governamentais gera ineficácia e prejuízo à população. A análise explora exemplos práticos e as consequências de uma gestão pública que carece de unidade e clareza, sublinhando a necessidade de garantir a higidez do pleito e a eficiência para o bem-estar social. O artigo estrutura-se em seções que abordam a incoerência em normas instrumentais e finalísticas, apresentando exemplos práticos como a "punição da eficiência" e a Lei Eleitoral para ilustrar as contradições. Por fim, o autor discute o que essa incoerência gera, argumentando que a frustração da população e a dificuldade de responsabilização são as principais consequências.

■■■■■ **Palavras-chave:**

#administracao #public, #incoerencia, #direitopublico , #leieleitoral , #punicaodaeficiencia, #ineficiaciapublica, #administracaopublica , #gastopublico , #transferenciavoluntaria , #direitoconstitucional , #coerência , #judiciario , #lindb , #saúdepública , #educação , #gestorpublico , #incoherence , #publiclaw , #electorallaw, #punishmentofefficiency, #publicineffectiveness, #publicadministration , #publicspending , #voluntarytransfers, #constitutionallaws , #cohérence , #judiciary , #lindb , #publichealth, #education, #publicmanager

## Transcrição

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** Olá! Hoje vamos mergulhar em um tema que parece técnico, mas que afeta a vida de todo brasileiro, mesmo que a gente não perceba no dia a dia. Vamos falar sobre o problema da incoerência no Direito Público brasileiro.

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** Pois é, e esse é um ponto crítico para entender por que, muitas vezes, o setor público parece não funcionar como deveria. Para guiar nossa conversa, vamos usar como base um artigo muito interessante do professor Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas, intitulado justamente "O Problema da Incoerência no Direito Público".

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** O professor Mascarenhas traz uma visão bem clara sobre como a falta de coordenação entre diferentes leis e setores do governo cria um cenário, digamos, complicado.

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** Complicado é apelido. A tese principal dele é que o nosso sistema jurídico sofre de um excesso de incoerências. Sabe aquela situação onde uma lei manda você fazer uma coisa, mas outra lei, ou até a interpretação de um órgão de controle, praticamente te proíbe de fazer aquilo?

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** Sei bem. É o famoso "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come".

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** Exato. E o artigo argumenta que isso gera uma ineficiência gigantesca para o Estado. Não é só uma questão de debate acadêmico; isso trava investimentos, gera medo nos gestores públicos e, no fim das contas, quem paga a conta é o cidadão, que não recebe o serviço que deveria.

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** Pode levar a situações que o artigo até descreve como esquizofrênicas. É uma palavra forte, mas ilustra bem. E tem um exemplo no artigo que é quase kafkiano mesmo. Pensa na situação de um prefeito, por exemplo.

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** Sei.

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** Ele tem a obrigação constitucional de cumprir metas mínimas de gasto em saúde e em educação. Tá lá na Constituição, certo? Obrigatório.

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** Só que aí imagina: fim do ano, a arrecadação foi melhor que o esperado, sobrou dinheiro. Ele precisa gastar mais para atingir a meta.

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** Sim, tem que gastar.

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** Só que as regras orçamentárias, tipo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que impõe limites aos gastos, podem tornar praticamente impossível usar esse dinheiro extra sem cometer alguma infração.

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** Exato. Ele fica num beco sem saída: ou descumpre a meta constitucional ou descumpre a LRF. É uma obrigação contra outra regra.

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** É aqui que fica realmente interessante. Esse caso ilustra muito bem o conflito entre o que o autor chama de normas jurídicas instrumentais — as de procedimento — e as normas finalísticas, que são os objetivos que o Estado deve alcançar.

**\*\*Interlocutor 1:\*\*** No final das contas, a incoerência acaba sendo um obstáculo para o próprio desenvolvimento do país.

**\*\*Interlocutor 2:\*\*** Com certeza. E o texto do professor Mascarenhas é um convite para a gente pensar em como simplificar e coordenar melhor essas normas para que o Direito Público seja um facilitador, e não um entrave.

## Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

### ABNT (NBR 6023:2018)

MASCARENHAS, Rodrigo Tostes de Alencar. O Problema da Incoerência no Direito Público Brasileiro. [Vídeo]. Tradução para mídia audiovisual por Inteligência Artificial. Curadoria de Paulo Modesto. Salvador: Canal @paulomodestodireito no YouTube / JurisTube.com.br, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VrV23tpsmRU> e em: <https://juristube.com.br/episodio/8e0168c1-5e8a-48a1-8b56-e87c8a385fc3>. Acesso em: 19 ago. 2026.

### APA 7ª edição

Mascarenhas, R. T. D. A. (2025, September 23). \*O Problema da Incoerência no Direito Público Brasileiro\* [Video]. JurisTube. <https://www.youtube.com/watch?v=VrV23tpsmRU>

### Chicago Author-Date (17ª ed.)

MASCARENHAS, Rodrigo Tostes de Alencar. 2025. "O Problema da Incoerência no Direito Público Brasileiro." Video. Diálogos de Direito Administrativo. <https://www.youtube.com/watch?v=VrV23tpsmRU>

### BibTeX

```
@misc{juristube-o-problema-da-incoer-ncia-no-direito-p-b-2025,
author = {Mascarenhas, Rodrigo Tostes de Alencar},
title = {O Problema da Incoerência no Direito Público Brasileiro},
year = {2025},
howpublished = {JurisTube – Acervo Digital de Direito},
note = {Série: Diálogos de Direito Administrativo},
url = {https://www.youtube.com/watch?v=VrV23tpsmRU},
urldate = {2025-09-23}
}
```



### Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

*Termos completos:*

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/dialogos-direito-administrativo/o-problema-da-incoerencia-no-direito-publico-brasileiro>

PDF gerado em 2026-08-19 16:58 UTC